

Não lhe anda ligada lenda alguma: as indicações que lhe dizem respeito foram-nos dadas pelo bom amigo Manuel da Ressurreição Mores, em 30 de Maio de 1914, que a nosso pedido o examinou.

Da carta que então nos escreveu recortamos mais as seguintes notícias. Há no termo de Linhares, Fragas dos Mouros e Caixões de Pedra. Estes são excavações simétricas feitas em cantaria geralmente lisas ou planas pela parte superior, aonde se vê o talhe dum homem deitado muito perfeito; ou para melhor, um caixão talhado com precisão à medida dum corpo humano; distinguindo-se muito bem o alargamento dos ombros, do torneio do pesçoço, a redondeza da cabeça, etc. . . . Apareceram cá, há meses, numa propriedade e numa extremidade da povoação umas poucas de moedas de prata já muito carcomidas pela terra que parecem ser muito antigas e juntamente alguns pesos de barro, em vários tamanhos, mas tam sólidos que nem batendo-lhe com um martelo se quebram; além disso tam perfeitos ainda como se saíssem agora da fôrma.

Como Manuel Mores saiu logo de Linhares, nem dos pesos, nem das moedas consegui obter exemplar algum.

Tenho notícia doutra Pedra Baloçante existente perto de Bassal, à beira da estrada a macadame entre a vila de Valpaços, distrito de Vila Rial e a povoação de Rio Torto; mas nenhuns apontamentos dela consegui ainda obter.

Baçal, Julho de 1917.

P.<sup>e</sup> FRANCISCO MANUEL ALVES.

---

## Arqueologia Artística

### I

#### Dois Pelourinhos de Além-Tejo em Veiros e Canal

«Um camartello deitado sôbre uma ara de pedra em frente dos paços do concelho deveria substituir os seculares pelourinhos (tam-bêm já, em parte, roídos ou despedaçados), como symbolo do poder municipal»<sup>1</sup>. É o monumento *in memoriam* da destruição burguesa, sistemática e já hoje constitucional, das câmaras concelhias, proposto por Herculano. De tantos destroços, ainda algures foram salvos os padrões locais da história portuguesa, ou, uma vez perdidos, de novo

---

<sup>1</sup> Alexandre Herculano, *Opúsculos*, t. II, p. 48. É curioso de ironia a leitura das pp. 48 a 50.

foram restituídos à sua hierárquica postura. Entre êles estão *pelourinhos* e *cruzeiros*, como os mais vulneráveis e de facto mais vulnerados.

Na *Descrição do Reino de Portugal*<sup>1</sup>, de Duarte Nunes do Lião, composta nove anos antes da morte do autor<sup>2</sup>, que foi em 1608, vem a fls. 9 as vilas da «Correição», Comarca<sup>3</sup> ou Distrito<sup>4</sup> de Extremoz. São ao todo dezasseis, e todas elas tinham carta de foral, antiga ou manuelina. A saber: Extremoz (sede ou cabeça da «correição»), Canal, Borba, Veiros, Sousel, Vila Viçosa, Cano, Évora-Monte Fronteira, Vimieiro, Figueira, Cabeço de Vide, Avis, Galveias, Alter-Pedroso e Sêda.

Esta comarca dividiu-se por outras ao depois formadas, e pelas que já então existiam. A *Chorographia Portuguesa*, do P.<sup>e</sup> António Carvalho de Castro<sup>5</sup>, de 1712, traz a formação dessas comarcas. À de Évora pertencem as vilas de Vimieiro (p. 440), Extremoz (443), Canal (446). À de Vila Viçosa as de Borba (513), Évora-Monte (515), Monsaraz (517), Sousel (524). À de Avis as de Galveias (612), Sêda (615), Cabeço de Vide (617), Fronteira (618), Figueira (622), Cano (623), Veiros (624)<sup>6</sup>.

Em 1836 foram reduzidos os concelhos. De 817 que havia suprimiram-se 466, o que deu ficarem apenas 351. O *Codigo Administrativo* do mesmo ano aceita a redução. E destas modificações sucessivas, na divisão territorial do país, resultaram para os velhos concelhos muitas vicissitudes. Uns perderam a autonomia e foram ligados a outros (Canal, Veiros, Cano, Évora-Monte, Cabeço de Vide, Galveias, Vimieiro, Sêda, Figueira, Alter-Pedroso). Outros foram adicionados ora a um ora a outro dos concelhos confinantes, como Veiros que pertenceu ao de Monforte, por decreto de 1855, e depois ao de Extremoz, desde 1895, onde se mantêm. Ainda outros, uma vez perdida a autonomia, recuperaram um dia o prestígio municipal, como Sousel.

<sup>1</sup> Edição de 1610, em Lisboa.

<sup>2</sup> D. Nunes do Lião, *op. cit.* Vid. Dedicatória, q. 4 v.

<sup>3</sup> 78, *idem*, fls. 3 v.

<sup>4</sup> A. Herculano, *Historia de Portugal*, t. iv, 3.<sup>a</sup> ed., pp. 65, 69, 108, 109, 270 (foral de Proença), etc. Cfr. comarca judicial, e distrito territorial, administrativo.

<sup>5</sup> A numeração refere-se ao volume II.

<sup>6</sup> Extremoz, Borba, Vila Viçosa, Évora-Monte, Monsaraz, pelo menos, foram concelhos perfeitos pela primeira fórmula, *tipo de Santarém*, na primeira época. Avis, Alter-Pedroso, Sêda, foram-no da terceira fórmula, *tipo de Avila*, na mesma época. Foram reformados por D. Manuel. Veiros, Cano, Figueira, etc., tiveram só forais novos.

Embora concelhos mortos, conservam, como memória da sua importância, o *pelourinho*, as vilas de Veiros e Canal.

VEIROS recebeu foral de D. Manuel a 2 de Novembro de 1510<sup>1</sup>, e pertencia-lhe em côrtes o décimo segundo lugar do quarto banco<sup>2</sup>.

Não teve foral anterior. O concelho foi extinto em 24 de Outubro de 1852 e anexado ao de Monforte; o decreto de 26 de Setembro de 1895 anexou-o ao de Extremoz<sup>3</sup>.

O *pelourinho*, que no séc. XVI devia de ter atestado o direito municipal, foi substituído pelo que se levanta hoje na praça da vila (*forum*), em frente do edificio dos paços do concelho, e tem estilo setecentista com data de 1739.

É uma coluna assente em três degraus. O inferior mede 0<sup>m</sup>,58 (alto) × × 3<sup>m</sup>,08 (comprido) × 0<sup>m</sup>,44 (largo); o médio, respectivamente, 0<sup>m</sup>,27 × 2<sup>m</sup>,38 × × 0,44; o superior, inclinado para o centro, e de espelhos côncavos, 0<sup>m</sup>,59 e 0<sup>m</sup>,35



Pelourinho do Veiros (séc. XVIII)

(máximo e mínimo de altura) × 0<sup>m</sup>,68 + 0<sup>m</sup>,68 + 0<sup>m</sup>,68 (cada segmento) = 2<sup>m</sup>,04 em linha distendida. Ao centro do degrau superior, um soco paralelepípedo, 0<sup>m</sup>,68 de lado × 0<sup>m</sup>,24 de altura, as arestas superiores arredondadas, serve de base ao fuste. Êste é uma pirâmide truncada, ou prisma irregular, de secção quadrada, de 3<sup>m</sup>,15 de altura até os relevos do capitel, feitos no mesmo monólito, 0<sup>m</sup>,32 de largura na base, e 0<sup>m</sup>,27 no tópo. A 3<sup>m</sup>,15 da base esboça-se o capitel; relevos cruzados formam uma estilização rudimentar, uma indicação leve, da folhagem clássica dos acantos, em uso; e sôbre eles, em relação a cada face, quatro cabecinhas aladas de anjos suportam o ábaco; êste capitel tem a altura de 0<sup>m</sup>,40, e o lado de 0<sup>m</sup>,49. O ábaco está carregado de uma esfera maciça, como se vê na figura; o plano do equador sobressai, e o diâmetro, compreendendo o duplo raio e a saliência equatorial, é de 1 metro; o hemisfério superior é liso, o inferior tem três arcos que vão agüentar um astrágalo onde assenta o plano do equador. No polo alto, encaixa um plinto de 0<sup>m</sup>,30 de alto

<sup>1</sup> Livro dos forais novos do Alentejo, 2.<sup>a</sup> colecção, fls. 50.

<sup>2</sup> João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal*, ed. de 1870, vol. I, pp. 275 e 276.

<sup>3</sup> P.<sup>o</sup> Luis Cardoso, *Diccionario Geographico de Portugal*, s. v. «Veiros».

e 0<sup>m</sup>,25 de largo, e sôbre êle ergue-se uma urna de perfil parabólico, fechada, com 0<sup>m</sup>,30 de altura.

Na face da coluna, que fica da esquerda para quem defronte os paços do concelho, lê-se a inscrição.

M DE<sup>o</sup>  
1 7 3 9  
1 5 3 9  
F. T<sup>o</sup>

Na 1.<sup>a</sup> linha, D e E formam *sigla* inclusa. ¿A data inferior será indicação do primeiro *pelourinho*? Neste caso, serão muito distantes a data do foral (1510) e a do *pelourinho* (1539); só a conjectura poderá talvez explicar influência da data sobreposta (39-39) em abridor de letras guiado por pareos entendimentos, ou por ajuda equiparável. M poderia acaso ser *Manuel*, que, com DE<sup>o</sup> dando DE OLIVEIRA, *Deodato* ou *Deolindo*, etc., formaria a marca do canteiro que *F(ez)* (?) o monumento. T<sup>o</sup> tomar-se-ia por TUDO ou TODO. E teríamos v. gr. um *Manuel de Oliveira*, que em 1739 fizesse todo o *pelourinho* e o assinasse no costume da época. Fica a interpretação por mera hipótese, sem dados precisos para leitura dos caracteres gravados.

Falta dizer, para complemento, que o monumento é todo de pedra-mármore das cantarias de Extremoz<sup>1</sup>.

\*

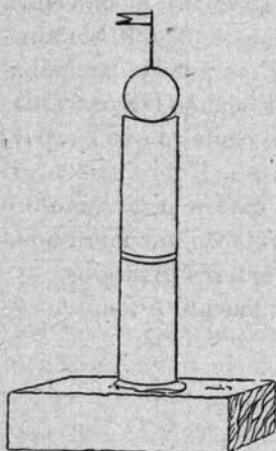
Da vila do CANAL, hoje pertencente ao concelho de Extremoz, podem ver-se notícias em várias obras, mas não topei com nenhuma que me informasse com precisão.

O *Comto do numero da gente que el Rey noso Senhor mādou que se cõtasse na sua Comarqua dAntre Tejo e Odiana, tirando as terras do Duque de Bragança, e do Mestre de Santiago e Priolado do Crato que se nam cõtará, e Mestrado dAvis*, que é do séc. XVI, traz notícia do Canal. Verifique-se no *Archivo Historico Português*, t. IV, de 1906, a p. 101. Dá porêem apenas cotas demográficas e corográficas, e, que me sirva de momento, a certeza de pertencer a vila às Terras da Coroa. Manuel Severim de Faria diz apenas que estão na jurisdic-

<sup>1</sup> Veja-se, para apreciação das antiguidades da vila, a monografia de A. J. Anselmo, *Veiros*, Elvas 1907. Obtive o desenho e dimensões do *pelourinho*, por intercessão amável do Sr. Rafael Grincho, de Extremoz, a quem muito agradecido me confesso aqui.

ção dela Val de Infante e o principal da Serra de Ossa<sup>1</sup>. Tinha termo seu, com a única aldeia da Água Santa, e nele o hospício dos Religiosos de S. Paulo, em Val-de-Infante, nas abas da Serra de S. Gens<sup>2</sup>. O P.<sup>o</sup> Luís Cardoso porém afirma que a vila do Canal era da Casa de Bragança, o que poderá ter sido posterior ao séc. XVI, de Nunes do Lião e do *Comto*<sup>3</sup>. Também se refere a escolha de vereadores, que não era por pelouro, mas por direito dos últimos vizinhos que serviam de juizes, costume vigente ainda em 1834<sup>4</sup>.

Tinha «Casa de Câmara»<sup>5</sup>, que não se vislumbra onde tenha sido. O *pelourinho*, colocado no tôpo de um outeiro, junto de um grupo de casas, é rude e simples. Faz supor por via de regra que tenha defrontado os paços do concelho, que seriam por ali. Estas casas estão a 1 quilómetro da aldeia actual. O tamanho da vila acusado na *Chorographia Portugueza*, do P.<sup>o</sup> Carvalho da Costa, no *Diccionario Geographico de Portugal*, do P.<sup>o</sup> Cardoso, do *Comto*, etc., confirma a pequenez minguada do casario, que poderá corresponder ao que dela directamente resta<sup>6</sup>.



Pelourinho do Canal  
(sécs. XVI-XVIII)

Em uma base larga, quadrada, e lisa, de 0<sup>m</sup>,70 de altura, e 1<sup>m</sup>,50 de lado, *plus minus*, projecta-se ao alto um monólito cilíndrico de granito, de 0<sup>m</sup>,40 de diâmetro e 2<sup>m</sup>,30 de altura. A meio da coluna, uma cinta de ferro, que está no seu lugar, prendia as cremalheiras que seguravam os criminosos *expostos*.

Sobre a coluna assenta uma esfera do mesmo ou aproximado diâmetro, também de granito<sup>7</sup>, atravessada pelo ferro de uma bandeirola biponteaguda de catavento.

<sup>1</sup> Bluteau, *Vocabulario Português*, t. II, p. 91, 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> col., s. v. «Canal».

<sup>2</sup> P.<sup>o</sup> Luís Cardoso, *Diccionario Geographico*, 1751, t. II, p. 402. s. v. «Canal»

<sup>3</sup> P.<sup>o</sup> L. Cardoso, *op. cit.*, id.

<sup>4</sup> Pinho Lial, *Portugal Antigo e Moderno*, s. v. «Canal».

<sup>5</sup> P.<sup>o</sup> L. Cardoso, *op. cit.*, id.

<sup>6</sup> Bluteau, in *op. cit.*, refere a discussão do lugar do Canal, e cita a *Canace* de Ptolemeu, na Turdetânia. O que há de antiguidade conhecida, é terem aparecido, no Canal, restos romanos: *aureos*, *argenteos*, argolas de ouro (pulseiras), e instrumentos de ferro (*ferramental*).

<sup>7</sup> Está próxima a região granítica do Redondo. Nery Delgado e Paul Choffat, *Carta Geológica de Portugal*, 1899. (y).

Sem pormenor ou indício artistico próprio para o datar, não será possível estabelecer a idade do padrão municipal desta vila. Mencionada entre as mais da «Correição de Estremoz»<sup>1</sup>, todas com foral, por certo se não emparelharia com elas em situação administrativa florescente. Teria tido *foral*, como os que o tiveram de D. Manuel. Se o *pelourinho* era de facto monumento jurisdiccional dos concelhos, a que Herculano chama *perfeitos*, o Canal tê-lo-ia como prova de concelho nessas condições, do tipo tardio de Évora, que D. Manuel propalou no Alentejo. Para aparecer no séc. XVIII, em terras jurisdicionais da Casa de Bragança, teria havido doação dela, e continuação ou modificação da modalidade do seu organismo municipal? É o que cumpre averiguar, e não cabe nesta notícia. Mas o *pelourinho* tanto poderá ser do séc. XVI como do XVII ou ainda do XVIII, e lembra longinquamente o de Vila Viçosa (XVI), na Praça Velha, de fuste quadrado, roca (esfera) e coruchéu<sup>2</sup>, e mais o tipo do de Veiros (XVIII), também o de Estremoz (XVI). A bandeirola de ferro nada indica.

Quem fizer lista dos *pelourinhos*, deve de formar por capítulos as séries dos de *gaiola*<sup>3</sup>, de *coruchéu* (Colares, Elvas, Estremoz, Sintra, etc.), os de *esfera* (Canal, Paredes de Coura, Veiros, etc.), os *mixtos* de um e outro (Vila Viçosa), e os de *fantasia* (Bragança,).

## II

### Siglas de canteiros nos edificios medievais de Estremoz

São muito conhecidas, por muitas serem, certas marcas gravadas na silharia dos monumentos medievais. Essas marcas correspondem à sinalização individual dos canteiros, que aparelhavam as pedras dos edificios: todas elas são marcadas, e, se nem sempre se vêem, é que as marcas não se punham por via de regra no lado que ficaria para fora.

Não há muito tempo que estes sinais eram tidos por simbolismo maçónico. A propósito deles, diz o Sr. Conde de Sabugosa, no *Paço de Cintra*, curiosa monografia ilustrada pela Sr.<sup>a</sup> D. Amélia de Orleans, que um inglês (o Stephenson de Murphy, nos *Travels in Por-*

<sup>1</sup> Viterbo, *Elucidario*, t. I, p. 312, 2.<sup>a</sup> col.; Bluteau, *Vocabulario*, II, 563, «Correição». Havia no reino seis províncias e vinte e seis correições.

<sup>2</sup> Rocha Espanca, *Noticias de Villa Viçosa*, Redondo, 1892, p. 293 e 393.

<sup>3</sup> Luís Chaves, *o Pelourinho de Estremoz*, Separata da *Terra Nossa*, p. 6, nota 2, ou na mesma revista, n.º 3, pp. 53 e 54.

tugal<sup>1</sup>, ou outro qualquer) teria sido o introdutor da maçonaria em Portugal, e as siglas dos edificios construidos eram *sinais simbólicos*, pelos quais se reconheciam os iniciados<sup>2</sup>. Também o Conde de Razynski dava a mesma significação a essas siglas, admitindo os esclarecimentos de Falkenstein, bibliotecário de Dresda, em carta que publica em *Les Arts en Portugal*<sup>3</sup>.

Em 1868, Possidónio da Silva deu-lhes outra interpretação, no *Mémoire de l'archéologie sur la véritable signification des signes qu'on voit gravés sur les anciens monuments du Portugal, appartenant à l'architecture du Moyen-Âge*<sup>4</sup>. Estudou com cuidado as marcas, e, comparando as do mesmo edificio entre si, depois confrontando-as de uns para os outros, concluiu que não eram nem podiam ser símbolos maçónicos.

Os hieroglifos da maçonaria eram de um formulário reduzido, enquanto as siglas dos edificios de construção attribuída aos franco-maçons variavam indefinidamente no mesmo edificio, e não se repetiam de edificio para edificio. Além disso, elas estão em grande parte à vista, o que estava em desacôrdo com o carácter de instituição secreta, que a maçonaria tinha.

Explicou então Possidónio da Silva que essas marcas eram *sinais dos canteiros*, para facilidade de trabalho e de pagamento da obra executada.

Êsses sinais são: letras romanas, unciais ou góticas, simples, agrupadas em monogramas, ou mesmo abrindo nome inteiro; figuras

<sup>1</sup> James Murphy, *Travels in Portugal*, Londres 1795, p. 44.

<sup>2</sup> *Ob. cit.*, p. 210. Dá, é certo, uma explicação economica a p. 212, embora tenha admitido a primeira.

<sup>3</sup> *Ob. cit.*, p. 333 e sgs. Na estampa I (t. I) publicou siglas do Castelo e da Igreja de Freixo de Espada-Cinta, Castelo de Moncorvo e Capela do de Numão; na II, da Capela de S. Domingos da Queimada; na III, da Tôrre de Menagem de Beja.

<sup>4</sup> Esta memória foi de novo publicada no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, de 1886, n.º 2 do tómo V (2.ª série), pp. 29-31; n.º 3 do mesmo, pp. 39-41. Acompanham a *Memória* reproduções das marcas de monumentos de Guimarães (Sé), Coimbra (Sé), Santa Cruz, Santa Clara), Braga (Sé), Pôrto (Sé, Igreja de S. Francisco), Leiria (Castelo), Tomar (Igrejas de Santa Maria da Oliveira, de S. João, Convento de Cristo), Santarém (Igrejas de S. João de Alporão, de S. Francisco, da Graça), Lisboa (Sé, Carmo, Jerónimos), Freixo de Espada-Cinta (Castelo e igreja dêle), Sintra (Igreja de S. Martinho, Palácio de Sintra e da Pena), Moncorvo (Castelo), Lamego (S. Domingos da Queimada), Alcobaca (Convento), Évora (Sé), Odivelas (Igreja), Batalha (Convento) e Setúbal (Igreja de Jesus).

geométricas, outras de fantasia; marcas de origem religiosa, como cruzes, ou supersticiosa, como o *signo-saimão* e o *suástica*.

Os sinais menores, apensos às letras e a outras marcas (círculo, zero, triângulo, cruz), atribuí-os Possidónio a designativo de parentesco entre os canteiros: assim, a primeira marca seria a privativa do canteiro, e a segunda a de família.

Convém notar que Raczynski concordou com a explicação do nosso arqueólogo, e o *Boletim da Associação dos Archeologos Portugueses*, quando transcreveu a *Memória* de Possidónio, juntou-lhe cartas de individualidades que com ela concordaram; entre elas vem uma do Conde de Raczynski<sup>1</sup>, datada de Berlim em 29 de Outubro de 1868, onde reconhece que as siglas não fôsem maçónicas.

\*

Confrontando as siglas de Extremoz com as que pude ver em *fac-simile* nas duas obras citadas (a de Raczynski e a de Possidónio da Silva), observa-se um certo número de similhaças, embora limitado. Estão nas letras simples dos canteiros, que soubessem fazê-las, — e nem sempre pelo menos em iniciais avulsas isso corresponderia a conhecimento do alfabeto —, e nos sinais mais vulgares (círculos, cruzes, suásticas). As letras que se repetem são o A, o B, o D, o I e um pouco o P; isto parece ser indício de que estas iniciais teriam o carácter taxativo das simples figuras analfabéticas. Não sucede o mesmo com os monogramas e os nomes *in extenso*, que são raros.

Assim: há quadrados no castelo de Freixo (estampa XII, do tomo v do *Boletim* dos Archeólogos, n.º 2), e no de Moncorvo (est. XIII); triângulos no de Leiria (est. VI) e na igreja de Santa Maria de Sintra (est. XI); círculos na Sé do Pôrto (est. V), na igreja de Santa Maria de Sintra (est. XI), no castelo de Freixo de Espada-Cinta (est. XII, e Raczynski, 333, t. I), e no de Moncorvo (est. XIII); semicírculos na torre da Sé de Coimbra (est. III). Há cruzes: no castelo de Freixo (*Boletim*, e Raczynski), na igreja de Odivelas (est. XXIII), na torre da igreja do Convento de Tomar (est. XXVI, do *Boletim*, vol. V, n.º 6), etc. Suásticas rectilíneos ou curvos, em: Sé de Lisboa (est. X), igreja de Odivelas (est. XXIII), refeitório do Convento de Alcobaça (est. XVIII), etc.

Esta marcação compara-se evidentemente com igual costume e iguais marcas fora de Portugal. Por exemplo, para Espanha, notem-

<sup>1</sup> *Boletim* citado, vol. V, 2.ª série, p. 31.

-se as do castelo de Monzón (Huesca) dos Templários, e as da catedral de Toledo, que o Sr. Mariano Pano publicou em 1902 no *Boletim de la Real Academia de la Historia*<sup>1</sup>. Os «signos lapidários» dos dois monumentos medievais compreendem o triângulo, o quadrado, o trapézio, o círculo, a cruz e o *signo-saimão*.

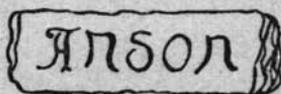
Deve-se observar que este costume de marcar as pedras trabalhadas continuou no Renascimento, e posteriormente ainda. Na estampa XLV do *Boletim dos Archeólogos* (vol. v, n.º 3) vem publicada uma porção de marcas, que Possidónio tirou do Aqueduto das Águas Livres de Lisboa, obra de 1738.

Já no *Archeologo Português* tem vindo siglas dos monumentos portugueses. No vol. x a páginas 397 dão-se os nomes por extenso de dois canteiros (*Fylype Diaz* ou *Dominguez* e *Domigo* talvez *Gonçalvez*) do castelo da Feira<sup>2</sup>; no vol. XIV, p. 79, fala-se das da Igreja de S. Cristóvão de Rio Mau<sup>3</sup>; no vol. XX, p. 295, mencionam-se os silhares siglados da matriz de Águas Santas<sup>4</sup>.

\*

Extremoz tem riqueza de monumentos medievais. Entre elles avulta a *Torre de Menagem*, obra bem conservada do rei D. Denis (séc. XIII-XIV).

Num capitel de um colunelo do salão nobre da torre<sup>5</sup>, lê-se o letreiro que é evidentemente o nome do canteiro *Anton*, forma antiga do nosso *Antão* de hoje.



As outras siglas são tomadas principalmente no mesmo local, e repetem-se nos andares superiores e escadarias. Abundam sobretudo, como já observei antes, o A, o B, o D, o I, o P e além destes o S.

<sup>1</sup> Vol. XL, p. 419 e sgs.

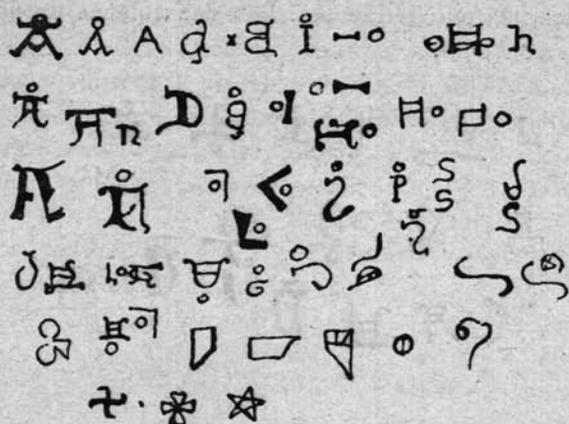
<sup>2</sup> De um artigo do *Diario de Noticias*, de 9 de Agosto de 1905, reeditado e anotado pelo Sr. Pedro de Azevedo.

<sup>3</sup> Artigo de Monsenhor Ferreira, de Vila de Conde.

<sup>4</sup> Artigo do Sr. Pedro Vitorino, do Pôrto.

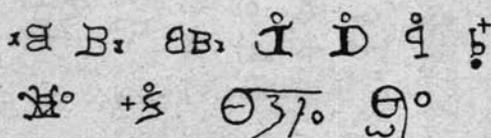
<sup>5</sup> «Na torre é curiosa uma sala cuja architectura parece remontar ao reinado de D. Diniz». Pinho Lial, *Portugal Antigo e Moderno*, s. v. «Extremoz».

No meio nota-se o monograma de A, N e T, que poderá ser de *Anton*, que por extenso não aparece mais, fora do mencionado capitel.



Castelo de Estremoz (sécs. XIII-XIV)

Próximo da *Torre de Menagem* está o edificio de gótico primitivo, que foi o Paço de D. Denis a que se refere o Sr. Joaquim de Vasconcelos<sup>1</sup>, aplicado coetâneamente ou ao depois a Paço Municipal. As marcas, que dou, são dos colunelos da arcaria da galilé e dos silhares dos arcos. A última lembra uma data, é no emtanto combinação de sinais, como se vê da immediata.



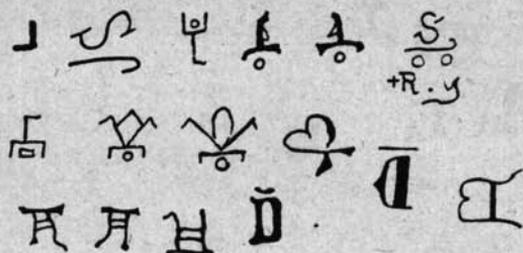
Paço de D. Denis (sécs. XIII-XIV)

Na parte baixa da vila está o Convento de S. Francisco, de religiosos da seráfica Observância, chamados Xabreganos, fundado em 1239<sup>2</sup>, no qual diz a tradição local, pelo menos, se hospedava D. Denis, antes da construção do seu paço.

<sup>1</sup> *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, iv, n.º 4, p. 125, série 2.ª: «Da Architectura Manuelina» (conferência feita na Exposição distrital de Coimbra, em Janeiro de 1884).

<sup>2</sup> João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal*, ed. de 1763, t. II, p. 126.

A última sigla da primeira linha é muito complicada. A par das letras mais usadas em todos os monumentos e que podem comparar-se nestas mesmas de Extremoz, estão sinais de variada fantasia, desconhecidos nos outros lugares. São das colunas da nave central da igreja do convento.



Convento de S. Francisco (séc. XIII)

Perto do convento de S. Francisco está o Mosteiro de Religiosas da Ordem de Malta, único em Portugal. O edificio foi construído por D. Manuel I, e cedido por D. João III, para convento de S. João da Penitência, de Maltesas, para quarenta senhoras<sup>1</sup>. Foi fundador do convento o Infante D. Luís<sup>2</sup>, irmão de D. João III, quando era Grão Prior do Crato<sup>3</sup>. As marcas que se seguem foram tiradas do claustro baixo; a última assemelha-se a uma do claustro dos Jerónimos, que vem no *Boletim* da Associação dos Arquitectos e Archeólogos<sup>4</sup>.



Convento das Maltesas (séc. XVI)

Por último, numa casa particular, junto das muralhas novas (de D. João IV-D. Afonso VI), e onde há indícios vários do séc. XVIII,

<sup>1</sup> Para estudo do mosteiro, pode ver-se a obra do Dr. J. Epifânio Marquês: *Breve Memoria acerca da instituição das Religiosas Maltezas em Portugal*, Coimbra 1899.

<sup>2</sup> O convento foi consagrado pela *Bulla Regimini Universalis Ecclesiae*, do Papa Paulo III, em 16 de Dezembro de 1539.

<sup>3</sup> Entre as vinte e cinco comendas da ordem nas terras de Portugal a primeira é o Grão Priorado do Crato, cujo Prior tinha domínio sobre treze vilas, entre elas a do Crato. *Mapa de Portugal*, II, 40-41.

<sup>4</sup> *Boletim* citado, 2.ª série, vol. V, n.º 3, estampa XLII.

vê-se na face inferior da padieira da porta de entrada uma marca incisa<sup>1</sup>. É por certo lembrança do canteiro que aparelhou a pedra, e teria sido feita quando ela estava em posição horizontal, própria para o desenho se fazer. Imita uma moeda, no reverso, com o escudo rial; mas, como entre o brasão quadrangular e a orla circular não houvesse intervalo para a coroa, ficou esta de fora; ou então é o escudo, coroado, sôbre a esfera armilar dos *patacos* de D. João VI, o que me parece mais certo.



Casa particular

### III

#### Gravura, «registo de santo», com os retratos de D. João V e da Rainha sua mulher

(séc. XVIII)

Na gravura dos *registos de santos* trabalharam sempre, quer no séc. XVIII, quer no imediato, os melhores *impressores de estampas e abridores de buril*, que exerciam em Lisboa o seu mester. Artistas nacionais e estrangeiros applicavam nas estampas de devoção a sua arte de desenho e gravura.

Quando o rei D. João V, a seguir à paz de Utrecht (1715) e principalmente depois da instituição da Academia Real da Historia Portuguesa (1720), chamou de fora os gravadores necessários à illustração dos livros da Imprensa Régia, o movimento artístico da gravura desenvolveu-se<sup>2</sup>. E como as casas de venda ou as confrarias editavam *registos de santos*, os gravadores tiveram nesse ramo da gravura artistica ensejo de proventos a aproveitar.

Assim nos aparecem estampas de festas, romarias e círios, feitas pelos melhores artistas.

De gravadores portugueses, os *registos* melhores e mais vulgares, são os de:

<sup>1</sup> É na casa da família Viana.

<sup>2</sup> O rei encarregou de lhe obter gravadores o Conde de Tarouca, D. João da Silva, seu embaixador na Haia.

*Joaquim Carneiro da Silva*, mestre da Moeda, e fundador da primeira escola de gravadores, que foi na Imprensa Régia (1769), em Lisboa<sup>1</sup>;

*Joaquim Manuel da Rocha*, falecido em 1786;

*Ventura da Silva*, sobrinho do primeiro;

*António Joaquim Padrão*, falecido em 1760;

*Gaspar Frois Machado*, 1759-1796;

*Manuel da Silva Godinho*, o melhor discípulo de Joaquim Carneiro da Silva<sup>2</sup>;

*Gregório Francisco Queiroz*, 1768-1845;

*Assis*, que muito gravou em companhia de Queiroz;

*Raimundo Joaquim da Costa*, do Pôrto, que ainda gravava quando Raczynski o incluiu no *Dictionnaire historico-artistique*<sup>3</sup>, e era auxiliado pela filha.

Gravadores estrangeiros, entre outros, fizeram registos:

*Charles de Rochefort*, no tempo de D. João V;

*Antoine Quillard*, id.;

*Michel Le Bouteux*, id.;

*Guillaume François Laurens Debrie*, id.;

*Giovanni Cardini*, no de D. José;

*Francisco Bartolozzi*, em Portugal desde 1802.

O mesmo se deu depois com os litógrafos, como *Sendim*, *Dias da Costa*, *Macphail*, *Lecoingt*, etc.

Alguns artistas apenas davam desenhos, que outros gravavam. *Domingos Sequeira*, como antes d'ele *Vieira Lusitano* e *Vieira Portuense*, figuram em registos como «inventores e delineadores», ao lado dos que foram os «gravadores» da estampa. Às vezes a gravatura nem deixa ver o desenho do inventor, ou, passando de cópia em cópia, adultera-o por completo, ficando reconhecíveis apenas as disposições gerais; é o que se dá para um *S. Francisco de Assis*, de *Vieira Lusitano*, e para um *Crucificado* de *Sequeira*, bem conservado pelo gravador *Raimundo Joaquim da Costa* e desrespeitado por subsequentes gravadores anónimos. *Gregório Queiroz* gravou a *Sopa Económica e a chegada de D. João VI a Lisboa*, de *Sequeira*. *Carneiro da Silva* gravou estampas das Princesas D. *Benedita* e D. *Mariana*.

<sup>1</sup> Taborda, *Lista dos Artistas*, p. 17. Raczynski, de apreciação dura, chamou-lhe «verdadeiro artista»: *Dictionnaire*, p. 39.

<sup>2</sup> Raczynski, *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, p. 113.

<sup>3</sup> *Op. cit.*, p. 61, ed. de 1847.

No livro I dos volumes de *registos de santos*, que pertenceram a Aníbal Fernandes Tomás, e hoje são do Museu Etnológico Portu



O Em.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Cardeal Patriarcha concede 100 dias de Indulg.<sup>ça</sup> aq.<sup>to</sup> rezar hum P.<sup>ñ</sup> e Ave.<sup>ma</sup> M.<sup>ã</sup> aos Purissimos Coraçõs de Jezus e da M.<sup>ã</sup>

em Casa de Fr.<sup>mo</sup> M.<sup>o</sup> no fim da Rua do Paçoio 4.<sup>o</sup>

guês<sup>1</sup>, encontrei uma gravura onde se vê em adoração el-rei D. João V com sua mulher, a Rainha D. Mariana de Áustria<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Vid. *O Archeologo Português*, vol. XXI (1916), p. 30 e nos volumes sgs.

<sup>2</sup> A rainha era irmã do arquiduque Carlos, pretendente à coroa de Espanha, filha do Imperador Leopoldo I e de D. Leonor, sua mulher. O casamento real efectuou-se por procuração em Viêna, a 9 de Junho de 1708; a entrada da Rainha em Lisboa foi em 27 de Outubro seguinte.

D. João V está no canto inferior direito; veste armadura e sobre ela tem o manto de arminhos; ao peito vê-se-lhe a fita de uma comenda; a cabeleira longa cai-lhe nos ombros. Ajoelhado e de mãos postas, volta-se para o centro da composição. Simetricamente, ajoelha a Rainha. Entre os Reis, despojados da sua rialeza, está no chão a coroa mais o sceptro. Do centro para o alto da estampa desenvolve-se o símbolo religioso: numa auréola de esplendor irradiante, estão dois corações a par,—o da direita é o da Virgem Maria, de onde saem as açucenas alegóricas da pureza,—o da esquerda é o de Jesus Cristo, sobrepujado pela cruz do martírio e cercado da coroa de espinhos<sup>1</sup>. Ao redor contam-se duas cabecinhas aladas de anjos; em baixo, de um e outro lado, dois anjos de corpo inteiro seguram as nuvens luminosas em que a auréola repousa.

O desenho é correcto e elegante; as figuras, principalmente a da Rainha, estão bem delineadas; a composição é harmónica, e tem o equilibrio que a alegoria requiere. As atitudes dos reis são leves e precisas. Se a marcação das pernas do Rei está um pouco abandonada, o que lhe tira o relêvo devido, isso não passa de pormenor destoante na correcção do resto; as feições de D. João V deus-as o autor incisivamente.

¿Mas, quem é o autor da gravura, pois não está assinada, ou se lhe não marcou a assinatura, por ser prova, ou desgaste da chapã de cobre, em que foi burilada, ou má impressão?

A identificação é fácil.

A fls. 7 do volume III da mesma colecção de *registos de santos*, há uma gravura do estilo desta. Em vez dos reis, estão dois anjos na mesma postura; o símbolo, em vez de ser o dos Santíssimos Corações de Jesus e Maria, é o da Santíssima Trindade: da mesma auréola sobressai o triângulo do dogma, e a meio o Espírito Santo, na iconografia bíblica da pomba, abre as asas voantes. Esta gravura, em cobre como a primeira, tem uma redução na fôlha imediata, ambas elas de bom buril. A assinatura do gravador está bem legível, como em quasi todas as estampas que fez: *Godinho f[ecit].* ou *f[ez].*, *Lx.<sup>o</sup>*

<sup>1</sup> No séc. XVIII, tratando-se de aprovar em Roma uma missa e um officio em honra do S. Coração de Jesus, os jansenistas fizeram tal opposição que a Santa Sé entendeu não ser oportuno o momento para resolver. No entanto, concedeu a Portugal e à República de Veneza um officio em que «o Coração de Jesus, victima do amor e atravessado pela lança», era proposto à veneração dos fiéis. Dom Prospero Guérangué, Abb. de Solesmes, *L'Année liturgique*.

Na gravura dos reis não se vê a assinatura de Godinho no canto inferior esquerdo, onde assinava por abreviatura *God.º* ou por extenso *Godinho*; e no oposto lá está como sempre o lugar onde foi feito o trabalho—*Lx.ª*

Mesmo pelo desenho e trabalho de gravação se identificava o gravador, que tem muito estilo seu em todas as estampas que abriu.

O autor é, pois, *Manuel da Silva Godinho*.

Os gravadores seus contemporâneos fizeram os retratos dos reis em várias ocasiões, tanto de D. João V, como de D. José, e de D. Maria I. *Rocheport* gravou o *Baptizado de D. João V*; *Quillard* fez em 1727 a gravura do *Lançamento de um navio ao mar*, e no episódio retratou D. João V, a quem dedicou a gravura; *Debrie* gravou em 1739 o *Retrato de D. João V e da Rainha*, pintados pelo pintor Rang; *François Harrewyn* gravou em tamanho natural os retratos dos quatro primeiros reis da casa de Bragança; *João Carpinetti* gravou os *Retratos da família real* de D. José; *Gaspar Machado* o de *D. Maria I*; e *Carneiro da Silva* a *Aclamação da mesma Princesa*.

D. João V, à moda da época, sob o figurino francês da côrte de Versalhes, é representado de cabeleira ondeante, o manto de arminhos sôbre a armadura rica. Em moedas e medalhas aparece como nas gravuras, tanto quanto a necessidade técnica o permite. Entre medalhas vejamos: uma de 1716 dedicada ao Rei<sup>1</sup>; outra de 1717, comemorativa da batalha naval de Matapan<sup>2</sup>; outra de 1720, comemorativa da instituição da Academia Rial da História Portuguesa<sup>3</sup> (8 de Dezembro de 1720).

Nas moedas de ouro, que o Rei Magnífico transformou em medalhas de curso monetário, antes brasonadas, então com o busto rial, vê-se o mesmo tipo artístico<sup>4</sup>. Assim são as *dobras* de 24, 16 e 8 escudos; as de 4 ou *peças*, as de 2 ou *meias-peças*, e os *escudos* e *meios-escudos*.

Raczynski diz de Godinho que não era desenhador, mas as gravuras que fazia eram executadas com gosto. Só gravou para os

<sup>1</sup> Artur Lamas, *Medalhas Portuguezas*, I, Lisboa 1916, p. 18 (n.º 17).

<sup>2</sup> *Id.*, p. 19 (n.º 18).

<sup>3</sup> *Id.*, pp. 20-21 (n.º 19). Cf., para umas e outras, Lopes Fernandes, *Memo-ria das Medalhas e Condecorações Portuguezas*, Lisboa 1861; medalhas n.º 28 (estampa IX), 29-31 (estampa X), 33-34 (estampa XI).

<sup>4</sup> Teixeira de Aragão, *Descrição Geral das Moedas*, II, est. XLI e sgs.

*vendelhões*<sup>1</sup>. E, noutro lugar, que gravou muitas *imagens de devoção*<sup>2</sup>.

Estas *imagens* eram os *registos de santos*, e destas foi uma a que me ocupa.

*Vendelhões* eram os editores das estampas e os que, comprando-as, as revendiam como os folhetos de *literatura de cordel* e em companhia deles.

De ordinário o *registo* menciona a casa de edição e venda. Dos trinta, pouco mais ou menos, que nos volumes da colecção de Fernandes Tomás se encontram, devidos a Godinho, dezoito, o mínimo, tem declaração de casa. E todos são da *Casa de Francisco Manuel, ao fim da Rua do Passeio*, excepto um (II, 27) que é da *Loja de Antonio Joaquim Ribeiro, na Rua da Padaria n.º 17*. Naquela, que me parece ter sido a mais fornecida dos *registos* dos melhores gravadores, Godinho teve por camaradas, entre outros, *Gaspar Fróis Machado, Francisco da Silva Neves, J. Silvério Carpinetti, José Lúcio da Costa — o Cozinho, Padrão*<sup>3</sup>, etc.

Muitas destas casas existiam em Lisboa; eis algumas:

Rial Fábrica de Estamparia, a S. Pedro de Alcântara;

Rial Fábrica de Estampas, na Rua Oriental do Passeio (Público), n.º 2; ainda existia em 1849 (III, 55<sup>4</sup>);

Fábrica de António Joaquim Ribeiro, já mencionada, que em 1817 existia (I, 27) e tinha a edição dos *registos* da Senhora da Rocha (III, 15);

Loja de Francisco Luís Pinheiro, defronte dos Mártires;

Id. de Francisco Manuel [Pires], no fim da Rua do Passeio, editora preferida de Godinho;

Id. de Francisco Manuel, às Portas de Santo Antão, outra morada do anterior, que é o mesmo;

Id. de J. A. F. Gradil, Travessa de S. Domingos, n.º 22;

<sup>1</sup> Raczyński, *Dictionnaire*, p. 113. A comunicação fê-la ao Conde o gravador João José dos Santos, gravador da Academia, que acompanhou Raczyński nas viagens de estudo: *Les Arts en Portugal*, pp. 115, 365 (a Viseu), 384 (ao Pôrto), 480 (a Santarém e Tomar).

<sup>2</sup> *Dictionnaire*, p. 40, s. v. «Carneiro» da Silva.

<sup>3</sup> No livro III, dos citados volumes de Fernandes Tomás, fl. 162, Padrão tem um *registo* de 1759, que êle gravou (*inc.*) e para que Vieira Lusitano deu desenho (*inv.*)

<sup>4</sup> A numeração romana é do volume de *registos* de Fernandes Tomás, a de algarismos da fôlha.

- Loja de José da Fonseca, ao Arsenal;  
 Id. de José Luís Pinheiro, nas casas do Rubi ao Chiado;  
 Id. de Joaquim José de Matos, livreiro, aos Mártires, n.º 30, ou  
 defronte da Rua de S. Francisco, n.º 30;  
 Id. de Luís José de Carvalho, aos Paulistas;  
 Id. da Viúva Ribeiro (Fábrica de António Joaquim Ribeiro), Rua  
 da Padaria, n.º 17;  
 Id. de Pedro Luís Peyssonneau, Rua do Ouro, n.º 6, e Rua Nova  
 do Almada, n.º 45;  
 Casa de Soares & C.<sup>a</sup>, no Largo de Camões, ao Rocio, n.º 85;  
 Na de Nunes & C.<sup>a</sup>, na Praça de D. Pedro, n.ºs 90-91;  
 Na Livraria Verol, Rua Augusta, 169-171, onde gravava o gra-  
 vador Fontes, e foram editados os *registos* do voto de D. Miguel à  
 Senhora da Rocha<sup>1</sup>;  
 Ou só designação de ruas: Rua Nova do Almada, n.º 69 e n.º 77;  
 dos Retroseiros, n.º 118; do Salitre, n.º 47 e n.º 296, 3.º andar; de  
 S. Paulo, n.º 5, 1.º andar, defronte da Moeda, e n.º 216; Praça do Co-  
 mércio, Loja n.º 6; Travessa de S. Domingos, n.º 15, n.º 58 e n.º 60.  
 16 de Julho de 1917.

LUIZ CHAVES.

### O engenheiro Manuel da Maia e a Torre do Tombo

O tenente general Manuel da Maia nasceu em Lisboa, onde foi baptizado em 5 de Agosto de 1677 na igreja de S. Julião; e na mesma cidade faleceu no estado de solteiro em 17 de Setembro de 1768, recebendo sepultura na casa do capítulo do convento de S. Pedro de Alcântara.

Seus pais chamavam-se Francisco da Maia, lubeiro, e Paula de Almeida, descendente de mestres de meninos, e casaram em Almada. Eram parentes do engenheiro os seguintes indivíduos: Pedro do Vale Maia, beneficiado da Sé de Lisboa, Teodoro da Silva Maia e João da Costa Araújo pelo lado paterno. Tinha mais duas tias paternas chamadas Maria da Maia e Antónia da Maia, de quem descendiam Silvestre Curvo, Inácio Curvo, José Soares e sua mulher Páscoa Maria Caetana, Francisca Maria Rosa, Caetana da Costa Maia e Crisóstomo da Costa Maia<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> *O Archeologo Português*, xix (1914), 245.

<sup>2</sup> *Desembargo do Paço, Côte*, m. 1890, n.º 3 e m. 2056, n.º 118.